



uff UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Superintendência de Recursos Humanos
DDRH-Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

E3

Instruções ao candidato

- Ao receber o **Caderno de Questões**, confira o cargo, se é aquele para o qual você está concorrendo, e verifique se estão impressas as sessenta questões.
- Além deste **Caderno de Questões**, você receberá o **Cartão de Respostas**. Caso não o tenha recebido, peça-o ao **Fiscal de Sala**.
- Verifique se seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Em caso afirmativo, assine-o e leia atentamente as instruções de preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente o erro ao Fiscal. O **Cartão de Respostas** sem assinatura poderá ser invalidado.
- Cada questão apresenta cinco opções de respostas, com apenas uma correta. No **Cartão de Respostas**, atribuir-se-á pontuação zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- Não é permitido ao candidato: usar instrumentos auxiliares para cálculo e desenho; portar material que sirva de consulta; copiar as opções assinaladas no **Cartão de Respostas**.
- O tempo disponível para responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas** é de quatro horas.
- Reserve pelo menos os vinte minutos finais para o preenchimento do **Cartão de Respostas**, que deve ser feito com caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
- Quando terminar de responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas**, entregue todo esse material ao Fiscal de Sala.
- Retirando-se do local da prova após ter decorrido três horas do início, você poderá levar o **Caderno de Questões**.



Após o aviso de início da prova, os candidatos só poderão se retirar do local decorrido o tempo mínimo de noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

GINÁSTICA

1 Foi denunciado ao Tribunal de Segurança o contramestre de uma fábrica de tecidos de São Paulo, que é acusado de "greve branca". Isto consiste - diz o jornal - em provocar o desgaste da maquinaria. Apesar de não diminuir a produção da fábrica, o contramestre teria feito com que se alterasse a sua qualidade, tornando-a inferior, e se desgastassem as engrenagens, o que é um sério prejuízo em um momento em que a importação é tão difícil.

2 Está visto que eu não sei se a acusação é verdadeira. Deve, em todo o caso, ser uma acusação difícil de provar. É verdade que o Tribunal de Segurança, sendo um tribunal de exceção, acima ou fora das regras jurídicas vulgares, do gênero das que ingenuamente me dei ao trabalho de aprender (ou "colar") nos saudosos tempos da Faculdade, lavra suas sentenças muito mais à vontade que uma corte de justiça comum. Não será de admirar, portanto, que o homem vá para a cadeia. Se realmente praticou o crime, nada me parece mais justo. Um crime contra máquinas é sempre uma coisa repugnante, pois as máquinas não devem ser culpadas das extorsões e opressões que os homens praticam, utilizando-as.

3 E nós, no Brasil, temos bem poucas máquinas para que nos possamos dar ao luxo de estragá-las. O tipo mais abundante de máquinas que possuímos - e assim mesmo em número inferior ao necessário - é o dessas máquinas a que chamaremos, com uma certa boa vontade, humanas. E eis um problema a meditar: o desgaste que se faz, no Brasil, nas máquinas de carne e osso. Vá o leitor assistir, de manhã ou de tarde, a uma partida ou chegada dos trens suburbanos em que viajam essas máquinas de carne e osso. Ali, sim, é possível observar o desgaste violento, quase aflitivo, das maquinarias. É difícil acreditar que estamos ali diante da mesma espécie de animal que se exhibe nas areias de Copacabana. A maioria das mulheres e dos homens, inclusive das crianças, tem um ar de coisa usada - e abusada. Uma infinidade de gente mal-acabada e maltratada, um rebanho triste de povo fraco ou doente, cujas caras refletem aborrecimento e necessidade - e onde brilha apenas, raro e raro, a beleza viril de algum rapaz atlético ou a graça fresca de alguma jovem morena. E até esses bons exemplares despertam melancolia, parecem incapazes de resistir durante muito tempo, são árvores sãs numa plantação que a praga de mil dificuldades e deficiências vai estragando.

4 É que as criaturas humanas são máquinas muito delicadas - e não há outras máquinas neste país de que se cuide menos. Pobres máquinas de carne e osso! Para mantê-las em bom estado de

funcionamento, para que rendessem mais e durassem mais, seria preciso que recebessem, na ração que a Vida lhes oferece todo dia, um pouco mais de carne e um pouco menos de osso - desses ossos inumeráveis que a maioria de nossa gente tem de roer com tanta fúria e tão maus dentes, e daquela carne que não é apenas a que tantas vezes não existe no fim das intermináveis filas, mas também tudo o que na vida tem sustância e sangue, as alegrias mais naturais e necessárias ao corpo e à alma a que todos têm direito e tão poucos têm acesso.

5 E dizer que outro dia eu li um artigo de um cavalheiro, no jornal, dizendo que o nosso povo precisa se fortalecer fazendo ginástica! Ah, ginástica, ginástica! Ginástica para viver, ridícula e patética ginástica que tanta gente faz todo dia simplesmente para isso: para continuar. Ah, ginástica! Isso cansa, meu caro senhor, isso cansa.

(BRAGA, Rubem. In *Um pé de milho*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 22-24.)

01 Reescrevendo-se a oração "Foi denunciado ao Tribunal de Segurança o contramestre de uma fábrica de tecidos de São Paulo" (1º parágrafo) na voz ativa, a redação terá a seguinte forma:

- (A) O contramestre de uma fábrica de tecidos de São Paulo foi denunciado ao Tribunal de Segurança.
- (B) Denunciaram ao Tribunal de Segurança o contramestre de uma fábrica de tecidos de São Paulo.
- (C) Ao Tribunal de Segurança foi denunciado o contramestre de uma fábrica de tecidos de São Paulo.
- (D) Ao Tribunal de Segurança denunciou-se o contramestre de uma fábrica de tecidos de São Paulo.
- (E) Denunciou-se o contramestre de uma fábrica de tecidos de São Paulo ao Tribunal de Segurança.

02 Dos vocábulos abaixo relacionados, o que NÃO tem sufixo de significado semelhante ao que forma o vocábulo MAQUINARIA é:

- (A) laranjal;
- (B) arvoredor;
- (C) folhagem;
- (D) bebedouro;
- (E) boiada.

03 Reescrevendo-se a oração reduzida de infinitivo “Apesar de não diminuir a produção da fábrica” (1º parágrafo)” na forma desenvolvida e mantendo-se o sentido original, podem ser dadas as formas abaixo, EXCETO:

- (A) Conquanto não diminua a produção da fábrica.
- (B) Embora não diminua a produção da fábrica.
- (C) Porquanto não diminua a produção da fábrica.
- (D) Mesmo que não diminua a produção da fábrica.
- (E) Ainda que não diminua a produção da fábrica.

04 Levando-se em conta a correlação entre os tempos verbais, pode-se afirmar que, das alterações feitas na redação do trecho “o contramestre teria feito com que se alterasse a sua qualidade” (1º parágrafo), aquele que gera uma construção INCOERENTE é:

- (A) o contramestre fará com que se altere a sua qualidade.
- (B) o contramestre faria com que se alterasse a sua qualidade.
- (C) o contramestre fez com que se alterasse a sua qualidade.
- (D) o contramestre faz com que se altere a sua qualidade.
- (E) o contramestre fazia com que se alterará a sua qualidade.

05 A oração reduzida de gerúndio no trecho “o contramestre teria feito com que se alterasse a sua qualidade, tornando-a inferior” (1º parágrafo) exprime, em relação à anterior no período, sentido:

- (A) consecutivo;
- (B) causal;
- (C) concessivo;
- (D) temporal;
- (E) comparativo.

06 A vírgula, corretamente empregada no trecho “e se desgastassem as engrenagens, o que é um sério prejuízo” (1º parágrafo), justifica-se pela regra de pontuação que recomenda separar:

- (A) termo em função de aposto;
- (B) termo em função de vocativo;
- (C) termos em coordenação assindética;
- (D) termo em função de adjunto adverbial;
- (E) o termo sujeito do termo predicado.

07 Redigindo-se os dois períodos do trecho “Está visto que eu não sei se a acusação é verdadeira. Deve, em todo o caso, ser uma acusação difícil de provar.” (2º parágrafo) num único período, procurando-se manter o sentido original, podem ser dadas as formas de redação abaixo, EXCETO:

- (A) Está visto que eu não sei ser a acusação verdadeira, porém, mesmo que seja, deve ser uma acusação difícil de provar.

(B) Está visto que eu não sei ser a acusação verdadeira, mas, para ser verdadeira, deve ser uma acusação difícil de provar.

(C) Está visto meu desconhecimento se a acusação é verdadeira, mas, em todo o caso, deve ser uma acusação difícil de provar.

(D) Está claro meu desconhecimento se a acusação é verdadeira, contudo, ainda que seja, deve ser uma acusação difícil de provar.

(E) Está claro que eu não sei ser a acusação verdadeira, todavia, em todo o caso, deve ser uma acusação difícil de provar.

08 A oração reduzida de gerúndio “sendo um tribunal de exceção” (2º parágrafo), no período em que ocorre no texto, pode ser substituída, sem alteração de sentido, pela seguinte forma:

- (A) A despeito de ser um tribunal de exceção.
- (B) Contanto que seja um tribunal de exceção.
- (C) Não obstante seja um tribunal de exceção.
- (D) A ponto de ser um tribunal de exceção.
- (E) Visto ser um tribunal de exceção.

09 Considere o verbo em caixa alta na oração “LAVRA suas sentenças muito mais à vontade que uma corte de justiça comum” (2º parágrafo). Sabendo-se que ele pode ser empregado em vários significados, pode-se afirmar que, nesse contexto, dos verbos abaixo relacionados, o que pode substituí-lo sem alteração de sentido é:

- (A) orna;
- (B) cultiva;
- (C) grava;
- (D) exara;
- (E) propaga-se.

10 Das alterações feitas na redação do período “Não será de admirar, portanto, que o homem vá para a cadeia” (2º parágrafo), aquela em que se alterou o seu sentido conclusivo é:

- (A) Não será de admirar, pois, que o homem vá para a cadeia.
- (B) Não será de admirar, por conseguinte, que o homem vá para a cadeia.
- (C) Não será de admirar, entretanto, que o homem vá para a cadeia.
- (D) Não será de admirar, então, que o homem vá para a cadeia.
- (E) Não será de admirar, por isso, que o homem vá para a cadeia.

11 Das alterações feitas abaixo na oração subordinada do período “Se realmente praticou o crime, nada me parece mais justo” (2º parágrafo), foi alterado o sentido original em:

- (A) Na hipótese de realmente ter praticado o crime, nada me parece mais justo.
- (B) Caso realmente tenha praticado o crime, nada me parece mais justo.
- (C) Como realmente praticou o crime, nada me parece mais justo.
- (D) Tendo realmente praticado o crime, nada me parece mais justo.
- (E) Contanto que realmente praticou o crime, nada me parece mais justo.

12 Registra-se no texto a ocorrência dos vocábulos EXCEÇÃO, EXTORSÃO e OPRESSÃO, todos com terminações que com frequência geram dificuldades de grafia. Nos pares abaixo estão vocábulos com as três terminações, em um dos quais há vocábulo com ERRO de grafia. Esse par é:

- (A) absorsão / concessão;
- (B) admissão / inversão;
- (C) detenção / redenção;
- (D) impressão / execução;
- (E) compreensão / eletrocussão.

13 O emprego da expressão sublinhada no trecho “O tipo mais abundante de máquinas que possuímos - e assim mesmo em número inferior ao necessário - é o dessas máquinas a que chamaremos, com uma certa boa vontade, humanas.” (3º parágrafo) justifica-se porque, de acordo com o texto, os trabalhadores brasileiros:

- (A) trabalham em condições indignas nas indústrias;
- (B) moram em casas onde não há saneamento básico;
- (C) recebem baixos salários de modo geral;
- (D) estão submetidos a desgastes desumanos no dia a dia;
- (E) são tratados de forma desigual pelas autoridades policiais.

14 No trecho “Vá o leitor assistir, de manhã ou de tarde, a uma partida” (3º parágrafo), o verbo ASSISTIR foi empregado, do ponto de vista da regência, de acordo com norma da língua culta. Das frases abaixo, aquela em que o verbo foi empregado em regência que contraria norma da língua culta é:

- (A) Após o acidente com o trem, os bombeiros acudiram às vítimas com muito profissionalismo.
- (B) Ao ver o filho em condições degradantes de trabalho, o pai abraçou-lhe emocionado.
- (C) O jovem aspirava a algo melhor na sociedade.
- (D) A atitude do policial não implicava desprezo ao cidadão.
- (E) A população poderia usufruir transporte de melhor qualidade.

15 A concordância verbal na frase “A maioria das mulheres e dos homens, inclusive das crianças, tem um ar de coisa usada - e abusada” (3º parágrafo) poderia também ser feita com o verbo no plural, por causa do sentido coletivo do núcleo do sujeito, e ainda pelo fato de o núcleo estar seguido de especificadores no plural. Das frases abaixo, todas com o verbo no singular, aquela que admite apenas uma forma de concordância é:

- (A) Não só o homem, mas também a mulher, é vítima da desigualdade perversa.
- (B) Saía de casa para o trabalho o pai, a mulher e o filho mais velho.
- (C) Grande parte dos operários trabalha em condições desfavoráveis.
- (D) O cidadão, muitas vezes com toda a família, fica submetido a inúmeros vexames.
- (E) Cada um dos candidatos prometeu investir em transporte público.

16 Das alterações feitas na redação da oração adjetiva do trecho “um rebanho triste de povo fraco ou doente, cujas caras refletem aborrecimento e necessidade” (3º parágrafo), contraria norma da língua culta no emprego do pronome relativo a seguinte:

- (A) para cujas caras dirigiam-se os olhares curiosos.
- (B) em cujas caras estão as marcas da dor e do sofrimento.
- (C) sobre cujas caras pesavam o cansaço e a desesperança.
- (D) de cujas caras desprendia-se a angústia do infortúnio.
- (E) a cujas caras despontavam aborrecimento e necessidade.

17 A respeito das opiniões emitidas pelo autor no 3º e 4º parágrafos, NÃO está de acordo com o texto a seguinte:

- (A) pelas fisionomias deformadas, não parece que os trabalhadores que moram nos subúrbios pertençam à mesma espécie humana dos habitantes da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro;
- (B) mesmo as pessoas de melhor fisionomia e compleição padecem do abatimento: enfermidade crônica gerada pelos desgastes do dia a dia;
- (C) “Vida” em letra maiúscula simboliza o real sentido da existência humana: vida com dignidade, com respeito aos direitos humanos essenciais;
- (D) “carne”, na metáfora do autor, significa tanto a boa alimentação quanto o trabalho digno, o salário justo e, na velhice, a merecida aposentadoria;

(E) “osso”, na metáfora do autor, significa as vicissitudes, as dificuldades, o desrespeito à condição humana.

18 Das alterações feitas na redação do trecho “e não há outras máquinas neste país” (4º parágrafo), está INCORRETA, quanto ao emprego do verbo, de acordo com as normas da língua culta, a seguinte:

- (A) e não deve haver outras máquinas neste país.
- (B) e não há de haver outras máquinas neste país.
- (C) e não pode existir outras máquinas neste país.
- (D) e não devem existir outras máquinas neste país.
- (E) e não carecem de existir outras máquinas neste país.

19 Abaixo foi reescrito o período “E até esses bons exemplares despertam melancolia, parecem incapazes de resistir durante muito tempo, são árvores sãs numa plantação que a praga de mil dificuldades e deficiências vai estragando” (3º parágrafo) de formas variadas, procurando-se manter o sentido original. Das formas de redação, aquela em que se alterou o sentido original é:

- (A) E até esses bons exemplares despertam melancolia, pois parecem incapazes de resistir durante muito tempo, uma vez que são árvores sãs numa plantação que a praga de mil dificuldades e deficiências vai estragando.
- (B) E até esses bons exemplares despertam melancolia, porquanto parecem incapazes de resistir durante muito tempo, a despeito de serem árvores sãs numa plantação que a praga de mil dificuldades e deficiências vai estragando.
- (C) E até esses bons exemplares despertam melancolia, dado que parecem incapazes de resistir durante muito tempo, por serem árvores sãs numa plantação que a praga de mil dificuldades e deficiências vai estragando.
- (D) E até esses bons exemplares despertam melancolia, porque parecem incapazes de resistir durante muito tempo, em virtude de serem árvores sãs numa plantação que a praga de mil dificuldades e deficiências vai estragando.
- (E) E até esses bons exemplares despertam melancolia, visto que parecem incapazes de resistir durante muito tempo, pois são árvores sãs numa plantação que a praga de mil dificuldades e deficiências vai estragando.

20 O autor repreende o cavalheiro, autor de um artigo no jornal, pelo fato de este defender que o povo devia fazer ginástica para se fortalecer. O argumento usado pelo autor nessa repreensão é de que o povo:

- (A) está cansado de tanto fazer ginástica diariamente para subsistir;
- (B) não gosta de fazer ginástica, pois não ganha para isso;
- (C) despreza qualquer tipo de ginástica, por não ter tempo nem condições físicas;
- (D) entende que fazer ginástica é coisa de gente rica, desocupada;
- (E) não tem necessidade de se cansar fazendo ginástica, pois já se cansa trabalhando.

Parte II: Conhecimentos Específicos

21 O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), criado em 1932, é considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil. O objetivo central do CEAS era:

- (A) implementar a política de assistência social no Brasil, capacitando os assistente sociais para o trabalho com a classe operária;
- (B) promover a formação social dos seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja, tornando mais eficiente a atuação dos trabalhadores sociais;
- (C) documentar os registros históricos da atuação dos assistentes sociais no Brasil, com ênfase na ação junto aos operários;
- (D) dar ao Estado as condições necessárias para a implementação das políticas públicas na área da assistência social;
- (E) oferecer às instituições de ensino de serviço social um espaço de pesquisa e extensão junto às populações urbanas dos centros industriais.

22 Com a introdução da Legislação Social Trabalhista a partir dos anos 30, ocorre uma mudança da postura do Estado e do empresariado em relação ao proletariado. As atitudes paternalistas devem ceder lugar a uma “nova prática”. Dessa forma, destaca-se:

- (A) a ação destinada aos operários fabris, oriundos do mundo rural, objetivando a sua qualificação;
- (B) a implementação de políticas setoriais, que respondam às novas formas de sociabilidade dos operários;
- (C) a introdução de uma política mais global, representativa de uma nova racionalidade, com ênfase na saúde e na educação;
- (D) o esforço do Estado em implementar novas instituições assistenciais, garantindo o atendimento às demandas do operariado;
- (E) a busca de ampliar as ações assistenciais, ampliando, dessa forma, a influência da Igreja junto aos operários.

23 Ao se analisar as tendências da seguridade social brasileira a partir dos anos 80, observar-se-á que elas expressam um movimento mais geral, determinado pela relação entre a crise econômica e os mecanismos adotados para o seu enfrentamento. Neste movimento, aparecem algumas características fundamentais. Dentre elas, pode(m)-se destacar:

- (A) as mudanças no mundo do trabalho, aqui entendidas como um processo de estabilização das formas produtivas e incremento do trabalho morto;
- (B) as formas de trabalho precário em que os empregados estáveis aparecem em maior número, se comparados aos trabalhadores contratados;
- (C) o incremento dos sistemas de proteção social, com destaque para a ampliação da cobertura previdenciária e de assistência;
- (D) o surgimento da filantropia organizacional, com ênfase no trabalho psicossocial com os trabalhadores fabris;
- (E) as mudanças na intervenção do Estado, cuja inflexão é marcada pela crise do Keynesianismo e pela emergência do neoliberalismo.

24 Num município do interior do Brasil, ocorre a eleição para prefeito e vereadores. Determinados candidatos solicitam aos assistentes sociais da prefeitura um espaço para atendimento individual dos eleitores, objetivando atender as demandas apresentadas. De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor, no que se refere à sua relação com as instituições empregadoras:

- (A) o profissional não deve utilizar recursos institucionais (pessoal e/ou financeiro) para fins partidários, eleitorais e clientelistas;
- (B) a instituição deve dispor ao profissional as informações necessárias ao exercício das atividades assistenciais;
- (C) é dever do assistente social programar e executar os serviços assegurados institucionalmente;
- (D) o profissional deve incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- (E) ao realizar a crítica pública contra as práticas clientelísticas, o profissional deve fazê-lo sempre de maneira objetiva e construtiva.

25 Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/93 – a assistência social compreende um conjunto de objetivos. Dentre eles, pode-se destacar a:

- (A) promoção da integração ao mercado de trabalho;
- (B) supremacia do atendimento às necessidades sociais;

- (C) universalização dos direitos sociais;
- (D) implantação da Política Nacional de Assistência Social;
- (E) divulgação ampla dos benefícios sociais.

26 Segundo a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662/93 – cabem ao assistente social algumas atribuições privativas. Dentre estas atribuições, destaca-se:

- (A) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social para subsidiar ações profissionais;
- (B) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- (C) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, a grupos e à população;
- (D) fiscalizar o exercício profissional através dos conselhos federal e regionais;
- (E) implementar as ações de política social junto aos órgãos da administração pública e/ou privada.

27 Segundo a análise de Santos (2005), o capitalismo contemporâneo caracteriza-se, no universo do mundo do trabalho, por algumas inovações tecnológicas, particularmente, no mundo fabril. Dentre essas inovações, destacam-se:

- (A) o trabalho temporário e a introdução dos microchips;
- (B) a expansão dos livros digitais e as novas formas de gerenciamento da mão de obra;
- (C) a fragmentação e a dispersão dos trabalhadores em várias unidades produtivas;
- (D) o método Kanban e o fordismo;
- (E) a robótica, a automação e a microeletrônica.

28 De acordo com a análise de Yazbek (2006), em 1942, o governo brasileiro cria a Legião Brasileira de Assistência com a finalidade de prestar auxílio às famílias dos expedicionários brasileiros. Com o fim da II Guerra Mundial, a LBA começa a exercer outras atividades. Dentre essas atividades, pode-se destacar:

- (A) a qualificação dos assistentes sociais para exercer a prática junto aos trabalhadores rurais e urbanos;
- (B) o exercício de atividades voltadas para a assistência à maternidade e à infância;
- (C) o controle sobre a força de trabalho através de políticas de filantropia empresarial;
- (D) a implantação do sistema de seguridade social vinculado às empresas;
- (E) o gerenciamento da Política Nacional de Assistência Social.

29 A partir dos anos 90 do século passado, a Lei Orgânica da Assistência Social estabelece uma nova matriz para a assistência social, iniciando um processo que tem como perspectiva:

- (A) o combate às políticas neoliberais de enfraquecimento do Estado mínimo;
- (B) o enfretamento da pobreza através do empreendedorismo social;
- (C) o exercício da política de assistência como política pública e direito dos que dela necessitam;
- (D) a mobilização dos profissionais da assistência social na luta pela implementação do Sistema Único de Assistência Social;
- (E) a construção de práticas participativas nos conselhos municipais de assistência social.

30 Na elaboração e implementação de um projeto de pesquisa, o trabalho de campo requer algumas articulações que devem ser estabelecidas pelo investigador. Uma dessas articulações diz respeito à:

- (A) construção do objeto através das formas de inserção da realidade;
- (B) relação entre a fundamentação teórica do objeto a ser pesquisado e o campo que se pretende explorar;
- (C) mudança de postura do investigador, que deve privilegiar a postura neutra frente à realidade social;
- (D) compreensão da realidade como totalidade histórica a ser transformada pelos sujeitos sociais;
- (E) forma de implementação da metodologia, em que a inserção do investigador é fundamental para construção do objeto de pesquisa.

31 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor apresenta alguns princípios fundamentais que devem nortear as ações profissionais. Dentre estes princípios, pode-se destacar o(a):

- (A) defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- (B) exercício do serviço social de forma livre, observando-se as normas institucionais e as demandas da clientela;
- (C) articulação do serviço social com os movimentos emancipatórios, sem discriminação, objetivando a qualidade na prestação de serviços;
- (D) introdução de novas formas de atendimento, priorizando a implantação da política nacional de assistência social;

(E) o cumprimento das normas do Sistema Único da Assistência Social em todo território nacional.

32 Com a implantação da Constituição de 1988, ocorre uma nova forma de participação dos diferentes sujeitos sociais, um novo padrão de aprendizagem no relacionamento entre os protagonistas (Estado x sociedade civil). Com a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social, inicia-se um(a):

- (A) forma de fiscalização dos modos de aplicação dos recursos privados na assistência social, nas áreas federal, estadual e municipal;
- (B) reconstrução da filantropia empresarial, que tem como meta controlar o absentismo dos trabalhadores fabris;
- (C) representação das centrais sindicais na elaboração dos planos nacionais de assistência social;
- (D) participação das organizações sem fins lucrativos nos processos decisórios sobre a política de assistência social;
- (E) diálogo institucional entre membros da esfera governamental e representantes da sociedade civil para a implantação de uma política pública de assistência social.

33 Com o surgimento da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, há uma incorporação de novas organizações sociais, que são chamadas para participar na interlocução no debate da assistência social no Brasil. Dentre essas organizações, destacaram-se:

- (A) os movimentos de luta pela moradia urbana e rural;
- (B) os sindicatos dos profissionais ligados à assistência social;
- (C) as organizações não governamentais;
- (D) as entidades de classe e de fiscalização do exercício profissional do assistente social;
- (E) as unidades de ensino superior públicas e privadas de ensino do serviço social.

34 Segundo a análise de Reis in CRESS/7R (2007), o projeto ético-político do serviço social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Esta vinculação se dá, fundamentalmente, pelo(a):

- (A) caráter gerencial da ação profissional;
- (B) forma de participação dos assistentes sociais junto aos movimentos sociais;
- (C) dimensão política da ação profissional;
- (D) pressuposto de que a sociedade é espaço empírico das mudanças sociais;
- (E) promulgação do Código de Ética Profissional do Assistente Social, em 1992.

35 De acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor, o profissional tem alguns deveres nas relações que estabelece com os usuários dos serviços. Dentre esses deveres, destaca-se:

- (A) contribuir para visibilizar a participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- (B) dispor de condições dignas de trabalho, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional;
- (C) exercer a sua autoridade de forma a implementar os projetos de interesse da população;
- (D) ter livre acesso à população usuária;
- (E) pleitear recursos institucionais que possibilitem garantir atendimento de qualidade à população usuária.

36 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implementado em 2005, é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função o(a):

- (A) participação da gestão empresarial no trato da assistência social no Brasil;
- (B) diagnóstico das áreas de atuação profissional do assistente social em território nacional;
- (C) estabelecimento de uma política nacional de assistência social, unificado às ações estaduais e municipais;
- (D) gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira;
- (E) participação das entidades filantrópicas na formulação da política nacional da assistência social.

37 A partir dos anos 80, tendo como referência o quadro latino-americano, o discurso da globalidade/globalização ganha força. Alguns elementos estão presentes neste discurso. Dentre esses elementos, destacam-se:

- (A) o enfraquecimento da soberania nacional e a ênfase nas propostas de integração e inserção dos indivíduos;
- (B) o acirramento das lutas de classe e o reordenamento dos partidos de esquerda na América Latina;
- (C) a emergência das economias nacionais e as novas formas de trabalho produtivo;
- (D) a luta pelos direitos sociais e o fortalecimento das políticas de combate à pobreza;
- (E) o fortalecimento da democracia e o aparecimento das políticas sociais afirmativas.

38 Segundo a Lei Orgânica da Assistência – Lei nº 8.742/93 –, a organização da assistência tem como base algumas diretrizes. Dentre essas diretrizes, destaca-se a:

- (A) divulgação ampla dos programas, benefícios e projetos sociais oferecidos pelos poderes executivos;
- (B) primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- (C) igualdade de direitos no acesso ao atendimento, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- (D) constituição dos Conselhos Municipais de Assistência Social, subordinados à política nacional de assistência social;
- (E) organização da assistência social no sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades da sociedade civil.

39 Numa secretaria municipal de assistência social, um assistente social, responsável pelo programa Bolsa Família, sairá de licença para qualificação. Segundo o Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor, cabe a este profissional, na relação com outros profissionais da assistência social, observando-se o contexto descrito acima:

- (A) respeitar as normas e princípios operacionais presentes na instituição empregadora;
- (B) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar;
- (C) empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos usuários, respeitando as práticas profissionais;
- (D) empregar com transparência as verbas sob sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos usuários;
- (E) repassar ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

40 Segundo a análise de Yazbeck (2006), a Lei Orgânica da Assistência Social apresenta um caráter inovador ao apontar a necessidade da integração entre o econômico e o social, que vá além dos interesses do mercado. Além desta novidade, a Loas apresenta, como uma característica substantiva, no campo da assistência social:

- (A) a implantação dos mecanismos de controle social sobre o orçamento da União;
- (B) uma fiscalização do poder público juntos às organizações filantrópicas de assistência social;
- (C) a passagem do assistencialismo e de sua tradição de não política para o campo da política pública;

- (D) o diagnóstico da aplicação das políticas de assistência social em todo território nacional;
- (E) a definição da assistência social como política contributiva na ordem social brasileira.

41 Segundo a análise de Yamamoto (2001), a partir da queda da República Velha inicia-se o que os historiadores chamam de movimento católico laico. A conjuntura política daquele momento vai propiciar o(a):

- (A) surgimento da filantropia empresarial ligada à forma de intervenção dos assistentes sociais;
- (B) controle do empresariado por parte do Estado, que intervém na questão social;
- (C) presença da Igreja Católica como agente interventivo na vida social;
- (D) organização dos movimentos sociais, particularmente, do movimento comunista;
- (E) surgimento das primeiras escolas estatais de ensino do serviço social;

42 De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social – Lei nº 8.662/93 – o Conselho Federal de Serviço Social (CEFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa com o objetivo básico de:

- (A) disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo território nacional;
- (B) implementar as políticas sociais de assistência social nos Estados, Municípios e no Distrito Federal;
- (C) promover cursos de capacitação profissional nas áreas de seguridade social;
- (D) desenvolver projetos profissionais destinados aos assistentes sociais que atuam nas áreas da saúde e previdência social;
- (E) funcionar como tribunal de fiscalização profissional nos Estados e Municípios.

43 Segundo a análise de Paulo Netto, citado por Montaño (2002), a Constituição de 1988 consagrou um avanço no trato da questão social, configurando um pacto social, que, pela primeira vez no país, apontava para:

- (A) novas formas de filantropização da caridade social;
- (B) construção de uma espécie de Estado de Bem-Estar Social;
- (C) iniciativas da sociedade civil para o controle dos gastos das Organizações Não Governamentais;
- (D) formas de gestão baseadas no enfrentamento da pobreza e aumento da renda da população;
- (E) formulação de políticas sociais de combate à pobreza.

44 Segundo a análise de Minayo (1996), na elaboração de um projeto de pesquisa, a técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado. O objetivo consiste em:

- (A) implementar metas a serem desenvolvidas na pesquisa de campo;
- (B) diagnosticar a realidade a ser investigada, a partir dos dados pré-coletados;
- (C) planejar os objetivos da pesquisa-ação;
- (D) obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos;
- (E) propiciar uma visão individual do pesquisador a respeito do objeto a ser investigado.

45 De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações e iniciativas do poder público e da sociedade, destinadas a:

- (A) financiar as iniciativas privadas e públicas de assistência social;
- (B) assegurar os direitos sociais relativos à saúde, à previdência e à assistência social;
- (C) programar as atividades de assistência social nos Estados, Municípios e Distrito Federal;
- (D) complementar as ações assistenciais nas áreas urbanas e rurais;
- (E) constituir um fundo nacional de assistência social para subsidiar as ações emergenciais.

46 Segundo a análise de Faleiros, citado por Mota (1995), numa conjuntura de crise como a dos anos 80 do século passado, a discussão sobre a seguridade social brasileira, em especial sobre a previdência social, expõe, entre outros fatores:

- (A) as formas de enfretamento do Estado frente à ofensiva da refilantropização da seguridade social brasileira;
- (B) uma relação contraditória entre a mobilização social que exige a ampliação de benefícios e a política recessiva que impõe cortes nos gastos públicos;
- (C) a articulação entre sociedade e organizações não governamentais na elaboração, implementação e fiscalização das políticas de seguridade social;
- (D) a ênfase no discurso do Estado mínimo em oposição ao Estado-Providência, trazendo de volta a polêmica dos anos 50;
- (E) a necessidade da mobilização social para a ampliação dos benefícios sociais, em particular a implementação do Benefício de Prestação Continuada.

47 Segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência/2005, a segurança social de renda, de competência da assistência social, é operada através de:

- (A) aumento do seguro desemprego, que deve ser estendido àqueles que contribuem para a previdência social;
- (B) operacionalização de planos anuais de emergência a todos os municípios atendidos pelo programa Bolsa-Família;
- (C) concessão de bolsas-auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com presença (ou não) de contrato de compromissos;
- (D) implementação de programas de primeiro emprego aos municípios que integram o cadastro do Ministério do Trabalho;
- (E) acompanhamento das condições de vida dos habitantes que integram o Cadastro Único de Assistência Social.

48 Segundo o Código de Ética do Assistente Social em vigor, o profissional tem alguns deveres nas relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil. Dentre esses deveres, destaca-se:

- (A) respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras;
- (B) contribuir para a viabilização da participação efetiva da sociedade civil nas decisões institucionais;
- (C) contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados;
- (D) respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões;
- (E) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.

49 A consolidação do mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais, como variável das modificações ocorridas no Brasil pós-64, não derivou apenas da reorganização do Estado. O mercado de trabalho foi dinamizado também:

- (A) pelo surgimento das grandes instituições assistenciais a partir dos anos 60;
- (B) por novas formas de contratação temporária de profissionais ligados à assistência social;
- (C) pela implantação da Lei Nacional de Assistência Social, que dinamiza a contratação de profissionais pelas empresas filantrópicas;
- (D) pelo surgimento das políticas sociais setoriais, particularmente, as políticas ligadas à saúde e assistência social;
- (E) pelo surgimento das médias e grandes empresas monopolistas e as empresas estatais.

50 Um dos espaços de atuação do serviço social é a família. Segundo Mioto (1997), a família dos anos 90 do século passado tem uma configuração marcada por algumas características populacionais. Dentre elas, a autora destaca:

- (A) diminuição da concepção em idade precoce;
- (B) diminuição das famílias recompostas;
- (C) número reduzido de filhos;
- (D) população inversamente mais velha;
- (E) aumento da coabitação e da união contratual.

51 Segundo a análise de Antunes (1998), observa-se no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo uma série de modificações estruturais. Como exemplo dessas modificações, está uma desproletarização do trabalho industrial fabril nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. O autor destaca como consequência dessas transformações:

- (A) a expansão sem precedentes do desemprego estrutural;
- (B) as novas formas de participação dos trabalhadores nos mecanismos gerenciais das empresas;
- (C) o aumento do trabalho em empresas estatais, particularmente nos países que priorizaram o incremento das políticas sociais;
- (D) o incremento da robótica nos processos de transformação das matérias-primas;
- (E) os novos modelos de gestão empresarial no setor automobilístico.

52 De acordo com a análise de Raichelis (1998), a Lei Orgânica da Assistência Social promulgada em 1993 apresenta alguns avanços na concepção da assistência social no Brasil. Dentre esses avanços, destaca(m)-se:

- (A) a definição da assistência como política nacional de atendimento e as novas formas de controle de financiamento dos gastos públicos;
- (B) a criação dos conselhos nacionais de assistência social e a centralização dos mecanismos de participação da sociedade civil;
- (C) a definição da assistência social como política pública e a instituição das Conferências de Assistência Social;
- (D) a participação popular através dos plebiscitos municipais, que inclui novas formas de gerenciamento dos recursos destinados à assistência, e a previdência social;
- (E) a definição de critérios para a concessão de benefícios sociais, dentre os quais se destacam o programa Fome Zero e o Bolsa-Família.

53 A Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social. Dessa forma, a assistência tem alguns objetivos. Dentre eles, destaca-se o(a):

- (A) igualdade de condições no acesso aos benefícios da assistência social;
- (B) transparência na gerência dos recursos destinados à assistência social;
- (C) amparo aos cidadãos que estão fora do mercado de trabalho;
- (D) proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- (E) garantia de uma renda mensal aos portadores de doenças crônicas e de necessidades especiais.

54 De acordo com a análise de Yamamoto (1998), ainda que dispondo de uma relativa autonomia na efetivação do seu trabalho, o assistente social depende, na organização do seu trabalho, do Estado, da empresa, de entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços. Nesse contexto, para a autora, o papel da instituição é de:

- (A) implementar uma agenda de trabalho profissional;
- (B) organizar o processo de trabalho do qual o assistente social participa;
- (C) mediar a relação entre o assistente social e o Estado empregador;
- (D) viabilizar as formas de acesso do profissional às políticas sociais;
- (E) efetivar os meios de trabalho que garantam autonomia ao assistente social.

55 Segundo o Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor, é de competência do Conselho Federal de Serviço Social:

- (A) como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância do Código de Ética analisando também os casos omissos;
- (B) zelar pelo compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, em particular, à população de menor renda;
- (C) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública;
- (D) desempenhar as atividades profissionais com eficiência e responsabilidade;
- (E) ser um espaço de capacitação profissional dos assistentes sociais.

56 De acordo com a análise de Yamamoto (2007), o projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado e é fruto dos processos históricos pelos quais passa a sociedade nacional. Nesse contexto, a autora destaca:

- (A) a importância dos programas sociais, que objetivam legitimar as demandas profissionais;
- (B) o surgimento dos cursos de especialização, em particular nas áreas da assistência e da saúde;
- (C) as novas demandas gerenciais de trabalho, que contestam a supremacia do capital sobre a força de trabalho;
- (D) as lutas pela democratização da sociedade e do Estado, com forte presença das lutas operárias;
- (E) a relação da profissão com o movimento de reconceitualização na América Latina, que impulsiona o retorno ao conservadorismo profissional.

57 A Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662/93 – confere ao CRESS o exercício de algumas atribuições. Dentre elas, destaca-se:

- (A) assessorar o CFESS sempre que se fizer necessário;
- (B) aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;
- (C) estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;
- (D) orientar, normatizar e fiscalizar o cumprimento do Código de Ética Profissional;
- (E) prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos e privados, em matéria de serviço social.

58 Uma das etapas mais importante do projeto de pesquisa está relacionada à metodologia. Segundo Minayo (1996), na metodologia estão presentes alguns elementos, entre os quais destaca-se o(a):

- (A) definição da amostragem;
- (B) projeto de pesquisa de campo;
- (C) pesquisa bibliográfica;
- (D) fase exploratória;
- (E) relevância do objeto.

59 De acordo com a análise de Yamamoto (1998), constata-se, na contemporaneidade, a retração do Estado no campo das políticas sociais, com a ampliação da transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais. Há um crescimento de parcerias do Estado com Organizações Não Governamentais. Para a autora, esta parceria é uma forma de:

- (A) implementar a Política Nacional de Assistência Social;
- (B) aumentar o número de assistentes sociais empregados nas agências estatais;
- (C) oferecer incentivos fiscais para as empresas que atuam na área da assistência social;
- (D) terceirizar a prestação de serviços sociais;
- (E) agilizar a aplicação do Sistema Único da Assistência Social.

60 Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/93 –, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observados os princípios e diretrizes estabelecidos na referida lei, estabelecem seus(as) respectivos(as):

- (A) gerenciamentos de assistência social;
- (B) conselhos estaduais de assistência social;
- (C) políticas de assistência social;
- (D) polos de atendimento único de assistência social;
- (E) conselhos regionais de atendimento e assistência social.